

A. I. Nº - 206916.0103/07-8
AUTUADO - DAL PONTE CALÇADOS DO NORDESTE LTDA.
AUTUANTE - SAMUEL PEDRO EVANGELISTA RIOS
ORIGEM - INFAZ SANTO ANTÔNIO DE JESUS
INTERNET - 16. 12. 2008

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0422-01/08

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Contribuinte comprova mediante a juntada de documentos a insubsistência da autuação. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 28/12/2007, aponta a seguinte infração imputada ao autuado:

1. Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referente a operações não escrituradas nos Livros Fiscais próprios (sic), sendo exigido o valor de R\$ 5.363,25, havendo a indicação no Auto de Infração da alíquota de 10% e multa de 70%. Consta ainda descrito no Auto de Infração, que o contribuinte deixou de lançar diversas notas fiscais de entrada de mercadorias, em sua escrita fiscal, conforme levantamento no sistema CFAMT, nos meses de fevereiro, abril, julho e agosto de 2004, março, maio e dezembro de 2005.

O autuado apresentou peça impugnatória ao lançamento de ofício (fls. 29 a 30), apontando a existência de equívocos no levantamento fiscal, afirmando que em alguns casos houve a recusa de recebimento por estar em desacordo com o pedido, sendo a comprovação do retorno dada pelos fornecedores, conforme documentos que anexa aos autos.

Prosseguindo, diz que no exercício de 2004, as Notas Fiscais nºs 69.902, 196115 e 213947, não foram recebidas, conforme declaração dos fornecedores, que comprovam o retorno. Já as Notas Fiscais nºs 309, 3147, estão devidamente registradas no livro Registro de Entradas nº 002, às fls. 38 e 94, respectivamente. No exercício de 2005, as mercadorias acobertadas pela Nota Fiscal nº 81093 não foram recebidas, sendo o retorno comprovado com a declaração do próprio fornecedor.

Esclarece que possui Protocolo de Intenções firmado em 18/03/1999, que contempla até o ano de 2014, crédito presumido de 90%, verificando-se dessa forma que em função da grande redução no imposto devido, independentemente da idoneidade da empresa, não houve qualquer dolo ou má-fé, existindo apenas pequenos equívocos já esclarecidos.

Finaliza requerendo a nulidade do Auto de Infração.

O autuante prestou informação fiscal (fls. 72/73), registrando, inicialmente, que o Auto de Infração foi lavrado em decorrência da constatação da infração apontada, ou seja: *“Falta de escrituração nos livros fiscais próprios, de notas fiscais de entradas de mercadorias, colhidas junto ao sistema CFAMT.”*

Prosseguindo, diz que procedem as alegações defensivas relativamente às Notas Fiscais nºs 461392 e 30965, arroladas no exercício de 2005, bem como, às Notas Fiscais nºs 196115, 309, 3147, arroladas no exercício de 2004. Não acata os argumentos do impugnante referentes às Notas Fiscais nºs 81093 e 69902, pois, segundo diz, não existe comprovação do quanto alegado.

Conclui mantendo parcialmente a autuação.

Intimado o autuado para ciência sobre a informação fiscal, este se manifesta (fl. 79), dizendo que por um lapso deixou de anexar os documentos comprobatórios relativos às referidas notas fiscais, o que está fazendo no momento, requerendo a improcedência da autuação.

VOTO

A princípio, observo que o Auto de Infração apresenta o seguinte enunciado: *“Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referente a operações não escrituradas nos Livros Fiscais próprios.*

Verifico, também, que após o enunciado da infração na forma acima referida, encontra-se descrito no Auto de Infração que: *“A empresa deixou de lançar diversas notas fiscais de entrada de mercadorias, em sua escrita fiscal, conforme levantamento no sistema CFAMT.”*

Já no demonstrativo de débito do Auto de Infração, consta a base de cálculo, a indicação do percentual de 10% e a multa de 70%, verificando-se que o valor exigido representa 10% do valor da base de cálculo.

Portanto, a conclusão a que se chega é que a exigência não diz respeito à *falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares*, mas, sim, a imposição de multa por descumprimento de obrigação acessória de 10% do valor comercial das mercadorias, pela *falta de escrituração das notas fiscais nos livros fiscais próprios*.

Nessa linha conclusiva, caberia, no caso, o retorno do processo à INFAZ de origem, a fim de que fossem feitas as correções, considerando que o vício existente não acarreta a nulidade do Auto de Infração, haja vista que é possível determinar a natureza da infração, o autuado e o montante do débito tributário. Certamente, trata-se de vício sanável, passível de correção mediante a comunicação do fato ao sujeito passivo, com o fornecimento no ato da intimação de cópia dos novos elementos, com a indicação do prazo de 10 (dez) dias para sobre eles se manifestar, querendo, consoante o artigo 18, § 1º, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal – RPAF/99.

Ocorre que, examinando as peças processuais, constato que o autuado comprova as suas alegações de que as notas fiscais arroladas na autuação ou estavam devidamente registradas ou foram objeto de retorno, conforme comprovação acostada aos autos. Observo que o próprio autuante acata as alegações defensivas, à exceção das Notas Fiscais nºs 81093 e 69902, pois, segundo diz, não existe comprovação do quanto alegado.

Vejo, contudo, que na manifestação apresentada após a informação fiscal, o autuado traz elementos de provas hábeis, como cópias das notas fiscais de retorno e do livro Registro de Entradas do fornecedor, elidindo também a autuação com relação às notas fiscais acima referidas.

Diante do exposto, considero insubsistente a autuação.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 206916.0103/07-8**, lavrado contra **DAL PONTE CALÇADOS DO NORDESTE LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de dezembro de 2008.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE/RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR